

Edição de texto:
Marcos Marcionilo

Organização:
Maria Tereza de Albuquerque Rocha e Sousa

Revisão:
Renato da Rocha Carlos
Rosimir Espíndola

Diagramação:
Paula Cassan

Edições Loyola
Rua 1822 nº 347 – Ipiranga
04216-000 São Paulo, SP
Caixa Postal 42.335 – 04299-970 São Paulo, SP
☎ (011) 6914-1922
FAX: (011) 63-4275
Home page: www.ecof.org.br/loyola
e-mail: loyola@ibm.net

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

ISBN: 85-15-01509-9

© EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 1996.

Índice

Introdução 11

Parte I A semântica tradicional

Platão: discussão entre naturalismo e convencionalismo lingüístico 17

Aristóteles: a linguagem enquanto símbolo do real 25

A semântica de E. Husserl: concepção tradicional da linguagem expressa em termos da filosofia da consciência 35

1) A nova forma da filosofia transcendental 35

2) Os conceitos fundamentais da fenomenologia transcendental 42

3) A semântica de Husserl: a frase compreendida como a composição ideal de suas partes, isto é, de objetos 43

F. v. Kutschera: linhas fundamentais de uma semântica realista 51

A semântica de Frege 57

Teoria da significação 62

JOHN R. SEARLE
Teoria dos atos de fala II

QUESTÕES METODOLÓGICAS

Austin já se mostrou uma cabeça muito mais sistemática do que o segundo Wittgenstein. Seguindo na mesma linha, Searle tentou sistematicamente responder a algumas questões não resolvidas pela teoria de Austin e, com isso, confrontar-se com possíveis objeções. Além disso, ele tem consciência de que, numa situação de alto desenvolvimento da consciência metodológica, a teoria dos atos de fala só pode ser levada a sério se também for capaz de estabelecer, com suficiente clareza, seu “*status* teórico” próprio¹. Por isso, a primeira tarefa de sua obra consiste em estabelecer o campo de trabalho e o método a seguir. O que constitui o objeto da filosofia da linguagem?² A relação entre palavras e mundo.

Essa questão central se desdobra em inúmeras outras questões a ela ligadas, que se explicitariam na tradição de pensamento por meio

1. Hoje Searle considera a teoria dos atos de fala como uma seção da ciência da linguagem. Cf. J. R. Searle, “Von der Sprechaktheorie zur Intentionalität. Gespräch zwischen G. Heyer u. J. R. Searle”, in: *Information Philosophie* 12 (Basel 1984) I: Cad. 1,23-30; II 2,20-24.

2. J. R. Searle, *Sprechakte. Ein sprachphilosophischer Essay*, Frankfurt am Main, pp. 11ss.

de inúmeras perguntas. Searle faz logo no início de sua obra uma distinção importante entre filosofia da linguagem e filosofia lingüística. A filosofia lingüística levanta a pretensão de solucionar determinados problemas filosóficos atendendo ao uso ordinário de palavras singulares ou de outros elementos de determinada linguagem, enquanto a filosofia da linguagem pretende chegar a descrições esclarecedoras de determinadas características universais da linguagem como, por exemplo: referência, verdade, significação etc., e é, então, nessa perspectiva que Searle situa seu trabalho³. Sem dúvida, os “dados” da filosofia da linguagem provêm das linguagens naturais, porém seus raciocínios, na medida em que são certos, devem valer para toda e qualquer linguagem. Nesse sentido, Searle não pretende tratar de uma língua determinada como o francês, o espanhol etc., mas da linguagem humana enquanto tal⁴.

Uma vez estabelecido, em suas linhas genéricas, o campo de trabalho, levanta-se a questão do “modo de proceder”, isto é, do método. Searle principia distinguindo duas grandes classes de observações de seu livro. Ao primeiro tipo, dá o nome de “caracterizações lingüísticas”, que são constatações de elementos lingüísticos, como por exemplo afirmações do tipo: tal ou qual expressão é usada para indicar algo. Trata-se de fatos lingüísticos já existentes e dos quais o filósofo se acerca por meio da reflexão. O segundo tipo de afirmações é o que ele denomina “explicações lingüísticas”: trata-se de generalizações e explicações dos fatos lingüísticos anteriormente tematizados, ou seja, a tentativa de articulação das regras que fundamentam os fatos lingüísticos.

3. Para Searle, a expressão — filosofia lingüística — designa um método, enquanto filosofia da linguagem caracteriza um objeto específico: J. R. Searle, *Sprechakte*, op. cit., p. 12.

4. Aqui se manifesta uma “diferença metodológica” fundamental em relação a Austin. Searle abstrai daquilo que para Austin é decisivo na consideração da linguagem: a situação concreta de fala. Ele pretende analisar um “caso puro”, um contexto inteiramente neutro, uma espécie de situação ideal, em que deve aparecer a estrutura básica da linguagem; em outras palavras, ele quer examinar o caso paradigmático. Por exemplo, quando ele trata da promessa, não se trata aqui de considerar uma promessa concreta numa determinada situação histórica, mas das condições de possibilidade necessárias e suficientes da promessa enquanto tal, ou seja, de explicitar aquilo que constitui a promessa enquanto ato de fala. É nesse sentido que se pode falar de um caráter expressamente formal da investigação de Searle. Cf. H.-U. Hoche/W. Strube, *Analytische Philosophie*, Friburgo-Munique, 1985, p. 298.

Searle parte do fato de que qualquer um conhece os fatos lingüísticos de sua própria linguagem, mesmo que ele não esteja em condições de elaborar critérios para seu uso. Toda explicação posterior só é válida na medida em que é capaz de explicar esses fatos dos quais se parte, e a tarefa da filosofia é precisamente essa⁵. Qualquer reflexão sobre a linguagem humana é, na ordem do saber um fenômeno segundo, precedido por um saber originário, intuitivo a respeito dos fatos da linguagem, pois a linguagem é uma forma altamente complexa de comportamento regrado. Aprender uma língua e dominá-la significa aprender a dominar as regras desse tipo de comportamento⁶. Daí porque, quando alguém tenta articular as regras de sua língua, em última análise está descrevendo aspectos de seu domínio de uma competência lingüística adquirida.

5. A tarefa da filosofia consiste simplesmente em elevar ao nível da consciência aquilo que sempre se soube. Para realizar isso, Searle parte de dois pressupostos básicos (cf. H.-U. Hoche/W. Strube, op. cit., p. 291): 1) O princípio-Frege: a significação de seus componentes singulares; 2) Princípio de expressibilidade: tudo o que se pode pensar (*to mean*), pode-se dizer. Tratando-se da força performativa, este princípio significa: pode-se transformar todo proferimento performativo implícito num proferimento performativo explícito.

6. Essa é a “tese básica” de Searle: sua consideração se concentra exclusivamente neste aspecto: a linguagem é um comportamento intencional regrado. A partir daqui, seus críticos vão argumentar que ele deixa de lado no fenômeno da linguagem o que não é regrado. Cf. as críticas de H.-U. Hoche/W. Strube, op. cit., p. 300. No entanto, é importante lembrar nesse contexto uma observação pertinente de K.-O. Apel: A “filosofia da linguagem ordinária” e a lingüística teórica de Chomsky e Katz não distinguem com clareza entre os universais lingüísticos empíricos e os universais de uma pragmática lingüística filosófico-transcendental. No primeiro caso, trata-se sempre de hipóteses empíricas em princípio empiricamente falsificáveis, enquanto no segundo caso se trata de princípios cuja validade é necessariamente pressuposta também na prova empírica dos universais lingüísticos no sentido de Chomsky. Então, trata-se de uma diferença formal que é essencial, ou seja, a diferença entre proposições que em princípio podem ser empiricamente falsificadas e proposições que, em princípio, não podem ser empiricamente falsificadas, porque são pressuposições do próprio conceito de falsificação empírica. Essa distinção é fundamental para a distinção entre a lingüística e a filosofia, como também para a questão da fundamentação e sua relação com o falibilismo aceitável para as ciências empíricas. Cf. K.-O. Apel, “Fallibilismus, Konsensstheorie der Wahrheit und Letzbegründung”, in: *Philosophie und Begründung*, ed. pelo Forum Bad Homburg, Frankfurt am Main, 1987, pp. 116-221, aqui 170ss.

As próprias caracterizações lingüísticas já são uma expressão ou manifestação do domínio que se tem das regras em questão, de modo que a justificação das intuições consiste simplesmente no fato de se falar determinada língua. É pelo fato de falarmos português, isto é, de dominarmos implicitamente suas regras, que nos tornamos capazes de, por meio da reflexão:

1. estabelecer os fatos lingüísticos dessa língua;
2. articular as regras que explicam esses fatos. Qualquer pessoa que fala português possui o primeiro tipo de saber. A tarefa da filosofia da linguagem é tornar esse saber consciente por meio desse procedimento duplo. É, portanto, um tipo de reflexão que difere radicalmente de outros tipos de procedimento, por exemplo o levantamento estatístico dos fatos lingüísticos, e por isso sua verificação não segue os paradigmas ortodoxos da verificação empírica como ela é realizada no método empírico-analítico⁷.

Searle descreve o tipo de verificação específico dessa reflexão do seguinte modo: porque sei como se fala determinada língua, tenho domínio de um “sistema de regras” subjacente ao meu uso de elementos da língua em questão. Toda e qualquer pessoa que domina uma língua tem um saber atemático, implícito, inconsciente do sistema de regras que constitui essa língua enquanto tal. Por meio da reflexão sobre o uso dos elementos lingüísticos dessa língua, é possível tirar esse saber do anonimato e, em primeiro lugar, conhecer os fatos formulados nas caracterizações lingüísticas. Tais caracterizações podem ter validade universal precisamente na medida em que contêm regras. Conhecendo as regras, sei não só de fatos presentes ou passados, mas tenho um “saber projetivo”, pois sei como serão os fatos futuros, pressupondo-se que essas regras sejam seguidas⁸.

7. Searle, como Austin, defende o intuicionismo, ao qual corresponde que essas regras constitutivas dos atos de fala não se gestem por um processo de generalização, em que não se procura tematizar o traço comum de diferentes realidades por meio de um processo de comparação, como fazem os empiristas, mas ele as descobre como condições de possibilidade de um caso inequívoco e paradigmático. Todos os atos ilocucionários possuem as mesmas regras básicas como sua condição de possibilidade.

8. Acontece em Searle uma espécie de “idealização da linguagem”, na expressão de Hoche/Strube (cf. op. cit., pp. 298-299): Searle parte de uma linguagem

Essa passagem do saber atemático para o saber temático é caracterizada por Searle como passagem do “saber como” para o “saber o quê” e constitui para ele um procedimento muito difícil. Ele é consciente de que esse tipo de procedimento possa parecer a uma consciência metodológica altamente sofisticada, como a nossa hoje, até mesmo ingênuo, o que não significa, contudo, sua invalidade. Toda essa construção parte de uma hipótese básica: o uso dos elementos lingüísticos é regrado. Trata-se, em primeiro lugar, de indicar as caracterizações lingüísticas e, então, explicá-las por meio das regras a elas subjacentes. Todo o livro de Searle é uma tentativa de explicitar algumas conseqüências dessa hipótese básica e prová-la.

Afirmar que nosso comportamento lingüístico é regrado significa, para Searle, dizer que falar uma língua é realizar alguns atos de fala de tal modo que se pode dizer serem os atos de fala as “unidades fundamentais” da comunicação lingüística⁹.

Na delimitação do campo de pesquisa da filosofia da linguagem, partimos do problema central da relação linguagem-mundo. Agora esse problema central recebe uma nova determinação: a linguagem se constitui de unidades básicas, os atos de fala, de tal modo que a consideração do problema central implica a consideração temática dos atos de fala. Nesse sentido, a teoria da linguagem se manifesta como uma parte de uma “teoria da ação humana”. Evidentemente, enquanto comportamento regrado, a linguagem implica alguns caracteres formais, que permitem uma pesquisa independente. Porém, uma pesquisa

idealizada, isto é, de uma linguagem que possui uma lógica exata, e com isso ele se distancia da “filosofia da linguagem ordinária”; ele não considera o uso específico em situações específicas, mas, por assim dizer, constrói o uso ideal e assim se aproxima das teorias da língua ideal, só que com uma grande diferença: para esses filósofos, a linguagem ideal deve ser melhor e mais perfeita do que a linguagem do dia-a-dia. Para Searle, a construção de uma linguagem ideal é, apenas, uma estratégia metodológica para tornar possível afirmações definitivas a respeito da linguagem do dia-a-dia. Cai, portanto, o postulado de Austin de afirmações sempre provisórias.

9. Searle considera o ato de fala isoladamente e não como unidade inserida num processo complexo de interações, o que manifesta, mais uma vez, o caráter abstrativo de suas análises: constantemente ele abstrai de uma série de dimensões da linguagem em vista da concentração num aspecto: a força ilocutiva dos atos de fala. Cf., a respeito: W. Strube/G. Heyer, “Die Entwicklung der Sprechakttheorie”, in: *Information Philosophie* 11 (Basel 1983) col. 5,4-15, aqui sobretudo 8ss.

que se limita a uma pura consideração formal da linguagem é essencialmente incompleta, pois é necessário ver também que papel exercem esses elementos formais nos atos de fala executados pelo homem. É impossível atingir a própria língua como sistema, na terminologia do estruturalismo, sem a consideração dos atos de fala¹⁰.

Searle se contrapõe a uma separação de princípio entre a significação da frase e a execução dos atos de fala e radicaliza a tendência de não separar a semântica e pragmática¹¹ em dois pontos de vista diversos. Searle justifica sua posição não só a partir do fato de que a comunicação implica necessariamente atos de fala, mas a partir do que ele chama o "princípio de expressividade": tudo o que se pode pensar, pode-se dizer. Esse princípio é por ele considerado analiticamente verdadeiro, isto é, pode ser que, por muitas razões, determinada linguagem ou determinada pessoa, que fala essa linguagem, não esteja em condições de dizer tudo o que quer, permanecendo, contudo, a possibilidade de superar essa situação-limite. Todo limite de expressão é, em princípio, um fato contingente, que pode ser ultrapassado, e não uma necessidade metafísica. Esse princípio tem muitas conseqüências que serão examinadas posteriormente.

TEORIA DA LINGUAGEM

a) Considerações básicas

Trata-se, em primeiro lugar, de fazer algumas distinções, que se manifestam no primeiro olhar ao fenômeno lingüístico. Consideremos

10. O próprio Searle é consciente do caráter formal de sua pesquisa e para exprimir isso, ele usa o modo de falar do estruturalismo. Assim, por exemplo, ele afirma logo a princípio que não se interessa por línguas singulares e, mais adiante, afirma que uma pesquisa adequada dos atos de fala é uma pesquisa sobre a "língua" com referência clara à distinção saussuriana entre *langue* e *parole*. Cf. J. R. Searle, *Sprechakte*, op. cit., pp. 13 e 32.

11. Daí sua afirmação básica: a pesquisa da significação de uma sentença e a pesquisa de sua força ilocucionária são "one and the same study from two different points of view": J. R. Searle, "Austin on Locutionary and Illocutionary Acts", in: Berlin et alii, *Essays on J. L. Austin*, Oxford, 1973, p. 154.

uma situação de diálogo em que uma pessoa diz a uma outra uma das quatro frases seguintes¹²: Sam fuma costumeiramente: fuma Sam costumeiramente? Sam, fuma costumeiramente; ó se Sam fumasse costumeiramente!

A primeira coisa a considerar é que aqui estamos diante de uma expressão de frases em língua portuguesa. Ao expressar essas frases, o falante diz alguma coisa com elas. Assim: no primeiro caso, ele faz uma afirmação; no segundo caso, levanta uma pergunta; no terceiro, dá uma ordem; no quarto exprime um desejo ou uma exigência. Ao executar esses atos, o locutor executa também outros atos que são comuns a todos os quatro, pois em cada um deles o locutor se refere ao mesmo objeto, Sam, e predica alguma coisa dele (o fumar costumeiramente). Em todas essas quatro expressões lingüísticas, a referência¹³ e a predicação¹⁴ são idênticas, embora estas, em cada caso, façam parte de um ato de fala diferente. Portanto, como resultado dessas considerações, podemos dizer que o locutor, ao exprimir uma dessas quatro sentenças, executa três atos diferentes:

1. a expressão de palavras (morfemas, sentenças);
2. referência e predicação;
3. afirmar, perguntar, ordenar etc.

Isso significa, portanto, que um ato de fala consta de três diferentes ações:

- a) execução de atos de expressão;
- b) atos proposicionais;
- c) atos ilocucionários.

Não são, contudo, atos diversos realizados concomitantemente, mas três momentos constitutivos de um ato de fala. O mesmo ato proposicional (em nosso exemplo) pode ser comum a diferentes atos ilocucionários, como se podem exprimir palavras sem executar atos proposicionais e ilocucionários. Também é possível realizar os mesmos atos proposicionais e ilocucionários com atos diferentes de ex-

12. Cf. J. R. Searle, *Sprechakte*, op. cit., pp. 38ss.

13. Trata-se de indicar um objeto determinado.

14. Trata-se de dizer algo sobre esse objeto. À vinculação entre referência e predicação, Searle denomina de ato proposicional.

pressão, como por exemplo com a frase: Mr. Samuel Martin é um fumante regular de tabaco (o locutor executa aqui um ato de expressão diferente, já que exprime outra frase. Atos ilocucionários e proposicionais têm como característica o fato de que palavras são proferidas em determinados contextos sob determinadas condições e com intenções determinadas.

Além dessas três dimensões constitutivas de um ato de fala, pode-se acrescentar ainda o que Austin denominou o “ato perlocucionário”, isto é, os efeitos causados no ouvinte. Atos proposicionais e ilocucionários são intimamente ligados a determinados tipos de expressão, e a forma gramatical característica de um ato ilocucionário é a frase completa, a do ato proposicional partes de frases; por exemplo, no ato de predicação os predicados gramaticais, no ato de referência os nomes próprios e outras espécies determinadas de expressões nominais. Contudo, convém notar que atos proposicionais não existem sem atos ilocucionários¹⁵. Não posso predicar, por exemplo, sem fazer uma afirmação ou uma pergunta etc. Referência e predicação só são, pois, possíveis como parte integrante de um ato ilocucionário. Searle passa, então, a fazer algumas considerações e distinções em referência a tudo o que foi dito até aqui com a finalidade de pôr os fundamentos indispensáveis para a articulação de sua teoria de linguagem¹⁶.

15. A fala se caracteriza precisamente pela unidade fundamental entre o ato proposicional e o ato ilocucionário. Essa tese básica vai ser depois retrabalhada por Habermas em sua pragmática universal.

16. A “estratégia metodológica” utilizada para chegar a essas distinções é muito diferente também de Austin. Austin, como vimos, chega a suas conclusões pela mediação de uma teoria dos malogros, enquanto Searle utiliza o que Hoche/Strube (p. 281) chamam de “método da variação dos componentes do ato de fala”, um procedimento análogo ao da lingüística estruturalista, segundo estes autores. O exemplo acima mostra em que consiste essa análise dos componentes de um ato de fala para explicitar suas características: Searle mostra como a mesma referência e a mesma predicação podem ocorrer em atos de fala completamente diferentes. Já que há poucos componentes em questão, há possibilidade de provar sistematicamente as diversas combinações possíveis e ver que sempre ocorrem as mesmas diferenças. Stenius, que trabalha com estratégia semelhante, diz que o conteúdo das frases é o mesmo, o que é diferente são os “*modi*” em que se apresenta a coisa de que se trata. Daí, para ele, o resultado fundamental dessa estratégia ser a distinção entre o “radical” da frase e o “*modus*”. Cf. E. Stenius, *Wittgenstein's Tractatus*, Oxford, 1960, p. 211. D. Wunderlich, *Studien Sprechakttheorie*, Frankfurt am Main, 1976, p. 56.

a) Referência em primeiro lugar; trata-se de identificar as expressões indicativas¹⁷ — tu, César, a batalha de Waterloo etc. O característico dessas expressões é que servem para distinguir um objeto, uma identidade, um acontecimento etc. de outras realidades e para identificá-los. Essas expressões se referem a realidades singulares e com elas se pode responder a perguntas a respeito de: quem? O quê? Qual?, sendo elas, ainda, recognoscíveis em sua função e não em sua forma gramatical. Devemos ainda distinguir entre: expressões indicativas determinadas e indeterminadas (um homem) no singular e no plural, como, mais largamente ainda, distinguir entre o uso indicativo e não indicativo (p. ex., predicativos) de expressões. Por exemplo: um homem veio e João é um homem, em que a palavra homem é indicativa no primeiro caso e predicativa no segundo (é preciso notar que, em ambos os casos, usa-se o artigo indeterminado). Além disso, devem-se ainda distinguir expressões usadas para indicar indivíduos de expressões usadas para indicar o que os filósofos chamam de “universais”. Por exemplo, distinguir entre Everest e vermelho (cor). Expressões indicativas são as que se referem a indivíduos e não a universais. Não devemos, contudo, esquecer que, quando se fala de expressões indicativas, não se pretende dizer com isso que a expressão indica de fato alguma coisa, pois a referência não depende da palavra, mas é uma parte de um ato de fala, portanto só existe na execução de atos proposicionais e ilocucionários¹⁸.

b) Proposições. A proposição é aquilo que num ato de afirmação é afirmado, num ato de perguntar é perguntado etc; em outras palavras, uma afirmação é um reconhecimento da verdade de uma proposição. A expressão de uma proposição é, exatamente, um ato proposicional, o que é sempre ligado à execução de um ato ilocucionário. Portanto, Searle efetua aqui uma distinção muito importante, a saber, entre o ato ilocucionário e o “conteúdo proposicional” do ato ilocucionário. Nem todos os atos ilocucio-

17. J. Searle, *Sprechakte*, op. cit., pp. 44ss.

18. A respeito da discussão dessa problemática no contexto da tradição e da filosofia analítica contemporânea cf. J. Simon, *Sprachphilosophie*, Friburgo-Munique, 1981, pp. 93ss.

nários têm um conteúdo proposicional. Ai! por exemplo. A partir daqui se podem distinguir dois elementos na estrutura sintática da sentença: um indicador proposicional e um indicador da força ilocucionária. Para a indicação da força ilocucionária podem ser usados muitos meios, como por exemplo a acentuação, entonação, o modo dos verbos, os assim chamados verbos performativos (prometo, peço desculpas etc.). Na situação concreta do uso da linguagem, sabe-se, a partir do contexto, da força ilocucionária das expressões, mesmo que não haja um indicador explícito. Porque a mesma proposição pode ser comum a vários atos ilocucionários, então se pode fazer a análise da proposição independentemente da análise dos diferentes atos ilocucionários¹⁹.

- c) Regras. Searle dá uma grande contribuição para o esclarecimento da tese já elaborada pelo segundo Wittgenstein de que a linguagem é um comportamento regrado, distinguindo dois tipos de regras: as regras regulativas e as constitutivas. As “regulativas” são as regras de comportamento que existem independentemente delas. As “constitutivas” são aquelas que entram na própria constituição desses comportamentos, por exemplo, as regras do jogo de xadrez — sem elas não há jogo de xadrez, o que não é o caso, por exemplo, das regras de boa educação, que regulam comportamentos já existentes (relações intersubjetivas). Um jogo de xadrez só é jogo de xadrez na medida em que há acordo com as regras regulativas, as quais regulam atividades cuja existência é logicamente independente delas, enquanto as constitutivas dizem respeito a atividades cuja existência depende logicamente delas²⁰.

19. Para um ulterior tratamento dessa questão da ótica aberta pela filosofia pragmática, cf. W. Becker, *Wahrheit und sprachliche Handlung. Untersuchungen zur sprachphilosophischen Wahrheitstheorie*, Friburgo-Munique, 1988, pp. 113ss.

20. Cf. G. A. de Almeida, “Aspectos da filosofia da linguagem. Contribuição para um confronto e uma aproximação entre filosofia e ciência da linguagem”, in: *Cadernos Seaf* 1(1978)83: “Da mesma maneira que as regras constitutivas dos jogos, as regras constitutivas dos atos de fala repousam sobre convenções, isto é, sobre um acordo ou entendimento mútuo prévio, a saber, que fazer tal e tal coisa (chutar uma bola em gol, proferir uma frase) equivale a fazer tal e tal outra coisa (marcar um tento, fazer um pedido). A regra constitutiva do ato de fala estabelece uma equivalência entre fazer e dizer, e essa equivalência advém de uma convenção e não de uma consequência natural. Por isso mesmo, conclui Searle, os atos de fala pressupõem sempre uma instituição social, ou seja, uma maneira institucionalizada de proceder, e o quadro da instituição social em que esse comportamento tem lugar”.

Por essa razão, as regulativas têm quase sempre a forma do imperativo, enquanto as constitutivas dão à primeira vista a impressão de ser tautológicas, porque analíticas.

É muito importante em filosofia, na opinião de Searle, reconhecer a existência de regras constitutivas, pois isso evita a falsa colocação de alguns problemas em filosofia da linguagem. Para entender melhor a distinção, faz-se necessário atender ao seguinte: quando se trata de regra regulamentativa, o comportamento pode ser descrito e especificado independentemente da existência ou não da regra, o que não é o caso quando se trata de uma regra constitutiva.

Searle procura ilustrar com exemplos sua distinção. Pressupõe-se que entre seus conhecidos é costume, isto é, de bom-tom, enviar convites para festa pelo menos com duas semanas de antecedência. A especificação da ação correspondente — ele enviou os convites, pelo menos, com duas semanas de antecedência — é independente da regra em tela. Do contrário, não se pode especificar o comportamento “jogo de futebol” independentemente de suas regras: as regras constitutivas são o fundamento para as especificações de comportamentos, que sem tais regras não seriam possíveis. Ora, a linguagem implica regras, porém regras constitutivas análogas às do jogo de xadrez, de tal modo que a hipótese inicial da teoria de Searle exprime-se agora: a estrutura semântica de uma língua é a realização de uma série de regras constitutivas subjacentes que se fundamentam em convenções. Os atos de fala se caracterizam por se realizarem de acordo com essas regras. Por exemplo, se comparamos pescar e falar, vemos que, por exemplo, se, sob determinadas condições, se pesca peixe, isso não depende, de modo algum, de convenções, mas, antes, de estratégias técnicas, de procedimentos ou de fatos naturais, o que não ocorre, porém, no caso de tal ou qual expressão lingüística ser uma promessa.

O fato de se poder realizar alguns atos ilocucionários sem uma língua natural ou qualquer outro sistema de regras não deve encobrir o outro fato, mais fundamental, de que atos ilocucionários, em geral, se realizam no seio da língua e, por isto, se fazem na base de regras determinadas em analogia com os jogos. É possível inclusive que as mesmas regras estejam subjacentes aos atos de fala de diferentes línguas, e é precisamente isso que permite a tradução. Falar determinada

língua significa internalizar um sistema de regras, mesmo que nem sempre o indivíduo seja capaz de exprimir essa regra e, até mesmo, nem tenha consciência de agir de acordo com regras.

- d) Significação. O que distingue um ato ilocucionário do simples exprimir sons ou usar sinais é que os sons e os sinais usados nele têm uma "significação" e aquele que os usa pretende dizer algo. Que significa isso? Searle responde a essa pergunta tomando posição contra a teoria do "querer dizer" (*to mean*) de P. Grice²¹. Para Grice, a sentença de que um falante S queria dizer alguma coisa com X tem a mesma significação que a sentença de que S exprimiu X com a intenção de produzir determinado efeito no ouvinte na medida em que o ouvinte conhece a intenção de S. Em suma: a ação executada quando alguém exprime uma sentença consiste em querer dizer alguma coisa com a sentença, e a compreensão é um ato correlativo a esse querer dizer.

Searle não aprova sem mais essa perspectiva, mas a acha um ponto de partida importante, porque aqui se põe no centro das considerações a relação entre significação e intenção e, com isso se manifestam características importantes da comunicação lingüística. Searle considera essa concepção de significação insuficiente por duas razões²²: em primeiro lugar, não se diz aqui em que medida a significação depende de regras ou convenções; portanto, não é pensada aqui a relação que existe entre o que alguém pretende dizer com o que ele diz e o que significa o que alguém diz dentro da língua na qual ele diz isso; isto é, a dimensão intersubjetiva da linguagem humana é deixada de lado; em segundo lugar, a definição da significação a partir dos efeitos intencionais não distingue entre ato ilocucionário e perlocucionário, isto é, Grice define a significação a partir da intenção, ou seja, de um ato perlocucionário, mas dizer alguma coisa não está sempre ligado a querer executar um ato perlocucionário e sim um ato ilocucionário. A significação das expressões lingüísticas ultrapassa a intenção e é, pelo menos muitas vezes, fruto de convenções. De acordo com Grice, qualquer sentença poderia ter qualquer significa-

21. H. P. Grice, "Meaning", in: Steinberg, Jakobovits (eds.) *Semantics*, Cambridge, 1971, pp. 53-59.

22. A respeito, cf. as considerações de G. A. de Almeida, op. cit., pp. 81ss.

ção, dependendo apenas da intenção do falante, pressuposto que as circunstâncias permitam tal significação. É claro que a análise do ilocucionário vai ter de pensar como se associam a intenção do falante e a significação dependente de regras convencionais. O que não se pode é simplesmente reduzir uma à outra, pois para conseguir a intenção do falante ele usa de expressões, cuja significação é regrada convencionalmente e, portanto, não depende de sua intenção.

Além disso, não é justa a opinião de Grice de definir a significação a partir de atos perlocucionários, pois há inúmeras espécies de sentenças usadas para a execução de atos ilocucionários, às quais não se liga nenhum efeito perlocucionário; o saudar, por exemplo: quando digo alô, não preciso querer necessariamente provocar no ouvinte nenhuma reação além da de se saber saudado por mim. Esse saber é apenas a compreensão de minha saudação e nenhuma atividade adicional. Mesmo que haja ligação, pode-se muito bem exprimir a sentença sem ter a intenção de provocar efeitos ou sem se incomodar com eles. Portanto, o efeito do lado do ouvinte consiste não, por exemplo, num convencimento ou numa reação qualquer, mas simplesmente na compreensão das expressões lingüísticas do falante. O efeito pretendido aqui é a compreensão do ouvinte, e isso não é um efeito perlocucionário, que é sempre algo para além da compreensão do ato executado.

- e) Fatos naturais e institucionais. Temos uma idéia do que seja o mundo e de nosso saber sobre o mundo. De acordo com esse tipo de saber, o mundo consiste em fatos naturais e o saber é precisamente o conhecimento desses fatos naturais, ou seja, há determinados paradigmas de conhecimento e esses paradigmas servem de modelo para todo o saber. O modelo para um saber sistemático desse tipo se encontra nas ciências da natureza, cuja base são as observações empíricas, nas quais são registradas experiências dos sentidos. Contudo, temos de reconhecer que há uma série de sentenças que não se enquadram nesse saber ou nesse mundo: sentenças éticas e estéticas, por exemplo. Mesmo que não se queira levar em consideração este tipo de sentença, que para muitos filósofos não passa de expressão de emoções subjetivas, há, contudo, fatos objetivos que não podem sem mais

ser inseridos nesse mundo. Fatos como: o casamento do Sr. Schmidt com a Sra. Jones, o parlamento aprovou leis para a concessão de fundos etc. são fatos que não podem ser esclarecidos dentro do quadro referencial da ciência natural.

Searle chama a este tipo de fatos de “institucionais”²³, isto é, fatos que, em contraposição aos naturais, pressupõem a existência de determinadas instituições humanas, pois, por exemplo, é porque existe a instituição matrimônio que têm significação certas formas de comportamento como o casamento do Sr. Schmidt com a Sra. Jones. Ora, essas instituições apresentam sistemas de regras constitutivas. Nesse caso, falar é, em última análise, executar um ato, que é um fato institucional, e por isso a linguagem não é um fato analisável dentro das categorias específicas da descrição dos fatos naturais. Os fatos institucionais só podem ser explicados a partir das regras que os constituem. Talvez ninguém ainda tenha tentado dar explicações do jogo de futebol dentro do quadro de referência dos fatos naturais, mas, infelizmente, isso é muito comum no caso da linguagem, o que significa, sem dúvida alguma, inadequação do contexto categorial ao fenômeno em tela, pois a linguagem é uma forma regrada de comportamento intencional, ou seja, um fato institucional²⁴.

A ESTRUTURA DOS ATOS ILOCUCIONÁRIOS

a) Questões metodológicas

Searle vai tomar a promessa como exemplo de ato ilocucionário, e à luz do que já foi esclarecido, vai tentar estabelecer a estrutura não

23. J. R. Searle, op. cit., p. 80.

24. Na sua intenção de buscar elementos universais da estrutura da linguagem, Searle está interessado em pesquisar instituições. Assim, ao trabalhar a promessa, ele quer tematizar a “instituição” promessa, válida para qualquer língua em que haja promessa. No entanto, porque Searle quer pesquisar o ato de fala singular enquanto um evento intencional, ele abstrai de outros fatores fundamentais para compreender a linguagem. Assim, por exemplo, os lingüistas marxistas objetam que eventos de comunicação não podem ser explicados como ações lingüísticas, mas a partir da base material da sociedade e das formas de relações entre os homens que correspondem a essa base material: O. Kästle, “Sprache und Herrschaft”, in: D. Wunderlich (ed.), *Linguistische Pragmatik*, Frankfurt am Main, 1972, p. 127.

só do ato de promessa, mas de todo ato ilocucionário. Seu método consiste numa espécie de reflexão transcendental: ele parte do ato executado para as condições de possibilidade de sua execução²⁵. A pergunta central que norteia todo seu procedimento é então: que condições são necessárias e suficientes à execução, em toda a sua plenitude e com sucesso, do ato de prometer por meio da expressão de uma sentença dada? A partir do estabelecimento dessas condições serão articuladas regras para o uso dos meios, que mostram o papel ilocucionário de uma expressão lingüística. A reflexão tem, portanto, dois momentos: a descoberta das condições de possibilidade e a dedução das regras.

Searle toma clara posição contra o antiessencialismo proveniente das investigações filosóficas, que tem como consequência, segundo ele, a renúncia a qualquer análise filosófica sobre nossos conceitos, de modo que seria impossível dizer o que é a natureza da promessa. Para ele, tais análises são indispensáveis, se realmente queremos saber o que é a linguagem, e isso implica uma idealização do objeto analisado. Tratando-se de uma análise da natureza do ato em questão, serão deixadas de lado condições acidentais, como também atos implícitos em suas mais diferentes formas. Numa palavra, vai-se também aqui tratar de um ato simples e idealizado. Esse método de construção de modelos idealizados corresponde, segundo Searle, ao procedimento da formação de teorias nas ciências empíricas, o que é aliás indispensável para a apresentação sistemática das questões tratadas.

b) As condições de possibilidade

As seguintes condições são necessárias e suficientes para a execução do ato de prometer por meio da expressão de uma sentença:

1. As condições de contorno são perfeitamente normais para uma comunicação autêntica e séria, e isso implica, por exemplo, que

25. Searle tenta tematizar as condições necessárias que, em sua totalidade, são suficientes para qualificar um proferimento dado como ato ilocucionário desta ou daquela espécie e, a partir daqui, tenta derivar regras semânticas para o uso de respectivo ato ilocucionário. Cf. H.-U. Hoche/W. Strube, op. cit., p. 287, nota 22.

- os dialogantes conhecem a língua e têm consciência do que fazem; não há entre eles empecilhos de comunicação de ordem física como, por exemplo, afonia, surdez, laringite etc. Eles não estão representando teatro ou numa aula ou contando piadas etc.
2. Na expressão de T (sentença), o falante (S) expressa a proposição que p. Aqui se isola o conteúdo proposicional da expressão para uma análise à parte das demais dimensões do ato de fala.
 3. Enquanto S expressa que p, expressa S de S um ato futuro A. Na promessa tem de ser expresso um ato que não pode estar no passado, nem ser feito por outro, pois é o autor mesmo da promessa que está em questão. Portanto, pela expressão de p pode-se prever um ato a ser praticado no futuro por S. Searle chama as condições 2 e 3 “condições de conteúdo proposicional”.
 4. H prefere a realização de A por parte de S a sua não-realização, e S crê isso da parte de H. Um dos elementos centrais na realização da promessa é que aquele a quem se promete realmente deseja isso e que aquele que faz a promessa conhece esse desejo. Nesse contexto se faz observar que nem sempre o uso da expressão “eu prometo” significa a execução de um ato ilocucionário, pois essa expressão pode ser usada também em advertências, ameaças ou mesmo para exprimir melhor a obrigatoriedade de uma ação.
 5. Não é evidente, nem para S nem para H, que S, no curso normal dos acontecimentos, fará A. Não tem absolutamente sentido prometer algo quando é claro a todos que se fará, sem mais, o prometido. Searle examina o caso de um esposo que promete à esposa não abandoná-la. Tal promessa de algo que seria o normal só pode levantar suspeitas. As condições 4 e 5 são condições de introdução, pois, embora não digam respeito propriamente à natureza do ato, sem elas ele não se realiza.
 6. S tem a intenção de realizar A. Esta é a condição de lealdade. A distinção entre a promessa leal e desleal está justamente na intenção ou não de cumprir o prometido²⁶.

26. No sentido rigoroso da palavra, a lealdade pertence à promessa “feliz” de onde parte Searle por razões metodológicas. No entanto, ele mesmo observa que uma promessa desleal não deixa de ser uma promessa, o que o leva a uma modificação da condição de lealdade: J. R. Searle, op. cit., p. 96. Cf. H.-U. Hoche/W. Strube, op. cit., p. 287, nota 22.

7. Está na intenção de S comprometer-se com a realização de A por meio da expressão de T. A característica essencial de uma promessa está em assumir uma obrigação para a realização de um ato determinado. Daí por que Searle denomina esta condição de “condição essencial”.
8. S tem a intenção (I-1) de provocar em H o conhecimento (K) de que a expressão de T deve ser considerada como o assumir por parte de S a obrigação da realização de A. S tem a intenção de provocar K por meio do conhecimento de I-1, e está em sua intenção que I-1 seja conhecido na base do conhecimento de H da significação de T. A formulação desta condição significa a correção feita por Searle na teoria de Grice: é intenção do falante provocar determinado efeito ilocucionário pelo fato de ele levar seu ouvinte ao conhecimento de sua intenção de provocar esse efeito, e isto deve ocorrer segundo sua intenção por meio da ligação entre a significação de uma frase por ele expressa e o efeito em questão, ligação essa existente de acordo com as convenções vigentes.
9. As regras semânticas do dialeto que S e H falam são de tal modo que T só pode ser expressa correta e lealmente quando as condições 1-8 são cumpridas. Esta condição tem a função de tornar claro que o uso de uma sentença se fundamenta nas regras semânticas dessa língua.

c) Regras para uso dos meios de anúncio da força ilocucionária

Trata-se, como analisado há pouco, de deduzir das condições de possibilidade para a execução de um ato ilocucionário as regras para o uso de indicadores do papel ilocucionário das expressões linguísticas. Já que as condições 1, 8 e 9 valem para todos os atos ilocucionários, então as regras da promessa devem ser deduzidas das condições 2-7. As regras são as seguintes (V significa o indicador em tela):

1. V só deve ser expresso no contexto de uma sentença ou de uma parte do discurso T, cuja expressão prediz um ato futuro A do falante S. Esta é a regra do conteúdo proposicional, deduzida de 2 e 3.

2. V só deve ser expresso quando o ouvinte H prefere a realização de A por parte de S à não-realização de A e quando S crê que é esse o caso.
3. V só deve ser expresso quando, para S e H, não é evidente que S fará A no curso normal dos eventos. As regras 2 e 3 são as regras de introdução.
4. V só pode ser expresso quando S tem a intenção de realizar A. Esta é a regra de lealdade.
5. A expressão de V vale como um assumir por parte de S da obrigação da realização de A. Esta é a regra essencial.

Essas regras são ordenadas, isto é, a realização de uma pressupõe a realização das antecedentes. A partir da elaboração dessas regras, fica mais clara ainda a analogia entre o falar e o jogar, pois podemos encontrar também no jogo as mesmas regras. Se essa análise sobre o caso especial da promessa é universalmente válida, então essas afirmações devem valer também para outros tipos de atos ilocucionários. A partir daqui, Searle formula "Hipóteses gerais" sobre os atos ilocucionários. Assim:

1. Nos casos em que por meio da condição de lealdade se origina um estado psíquico, então a execução do ato significa também a expressão desse estado. Por exemplo: afirmar, constatar, assegurar são expressões de fé; pedir, exigir, procurar, ordenar são expressões do desejo ou da exigência; prometer, jurar, ameaçar, louvar são expressões de intenção; agradecer, parabenizar são expressões de agradecimento ou de alegria.
2. A inversão do afirmado significado: só quando o ato é expressão de um estado psíquico é possível deslealdade.
3. Da condição de introdução se pode concluir (pelo menos em parte) o que a execução do ato implica para o falante: que as condições de introdução do ato são cumpridas. Assim, por exemplo, quando faço uma promessa pressupondo que o prometido está no interesse do ouvinte.
4. Um ato ilocucionário pode ser executado sem uso de um indicador explícito da força ilocucionária, quando o contexto e a expressão tornam claro que a condição essencial está cumprida. É essa qualidade da língua que fundamenta uma série de expressões de cortesia.

5. A força ilocucionária não explícita de uma expressão pode, sempre, ser explicitada, e isso é um exemplo do princípio de expressividade.
6. O cruzamento de condições na tabela mostra que determinadas espécies de atos ilocucionários são casos especiais de outros atos ilocucionários. Assim, a pergunta é um caso especial de exortação: para um aumento de saber.

A partir daqui se pode pôr a pergunta: há atos ilocucionários fundamentais aos quais são redutíveis todos os outros? Searle acha difícil a resposta a essa pergunta, pois os princípios para a classificação dos atos ilocucionários são muito diversos. Tugendhat é de opinião que a nebulosidade reinante com relação a esse aspecto, tanto em Searle como em Austin, provém do fato de eles não terem considerado o aspecto semântico-formal da questão²⁷.

7. De modo geral, a condição essencial determina as outras condições.
8. O conceito da força ilocucionária e a idéia de diferentes atos ilocucionários incluem, de fato, diferentes princípios de distinção:
 - a) Fim do ato;
 - b) A posição relativa de S e H;
 - c) O grau do compromisso de S e H;
 - d) A diferença no conteúdo proposicional;
 - e) A relação diferente da proposição para com os interesses de S e H;
 - f) Os diferentes estados psíquicos expressos;
 - g) As diferentes maneiras em que uma expressão se relaciona à parte restante da conversa. Precisamente porque há diferentes dimensões do papel ilocucionário e porque o mesmo ato de expressão pode ser executado com uma pluralidade de intenções diversas, é importante ter claro que uma mesma expressão pode constituir a execução de muitos atos ilocucionários diferentes.
9. Alguns verbos ilocucionários são classificados a partir do ponto de vista do efeito perlocucionário pretendido, outros não²⁸.

27. E. Tugendhat, *Vorlesungen zur Einführung in die sprachanalytische Philosophie*, Frankfurt am Main, 1976, p. 512.

28. A respeito das estratégias de justificação de Searle para sua análise das condições de possibilidade dos atos ilocucionários, cf. H.-U. Hoche/W. Strube, op. cit., pp. 288ss.

ATOS PROPOSICIONAIS

a) A referência como ato de fala

Vimos, no capítulo introdutório, que um ato qualquer lingüístico é uma realidade complexa que implica, pelo menos, três momentos ou três atos: atos de expressão, atos proposicionais e atos ilocucionários. São três dimensões, intimamente ligadas, do mesmo ato de fala. Depois de ter examinado a estrutura dos atos ilocucionários, Searle examina a estrutura dos atos proposicionais²⁹, isto é, do ato de referência e do ato de predicação. Quanto à referência, são estabelecidos, de antemão, os limites da pesquisa: vai-se tratar aqui somente da referência singular determinada. Searle tem consciência da incompletude de sua pesquisa, embora saiba que é o esclarecimento desse tipo de referência que vai iluminar a compreensão de outros tipos de referência. Em se tratando de referência singular, logo deparamos com expressões indicativas, cujo exemplo mais claro é constituído pelos nomes próprios, embora eles muitas vezes possam aparecer sem ter função indicativa. Há também o caso de descrições singulares determinadas, que também podem ocorrer com função designativa ou não. O fato de uma expressão indicativa ocorrer num discurso determinado ainda não significa que ela venha empregada indicativamente. Além disso, as expressões de um discurso, sejam elas indicativas ou não, são, muitas vezes, empregadas fora de seu uso normal, isto é, elas mesmas são objeto do discurso. Tomemos como exemplo as duas sentenças abaixo:

1. Sócrates foi um filósofo;
2. Sócrates tem oito letras. Ambas as sentenças principiam com a mesma palavra, embora essa palavra tenha funções inteiramente diversas, pois na primeira fase ela é empregada de acordo com seu uso normal, o que não ocorre na segunda, em que é ela mesma o objeto do discurso.

Os lógicos distinguem entre:

1. Uso, quando se trata do emprego normal;
2. Menção, quando a própria palavra é objeto do discurso. Para compreender bem essa distinção, hoje comumente usada na lógi-

29. J. R. Searle, op. cit., pp. 116ss.

ca, é necessário entender para que usamos nomes próprios. A função do nome próprio consiste em nos possibilitar falar com palavras sobre coisas que não são palavras, mesmo quando essas coisas não estão presentes. Só se pode falar, pois, no sentido estrito, em "nome próprio", quando há uma real diferença entre o nome e a coisa nomeada. Se os dois são idênticos (o caso da menção), então o conceito do nomear e do indicar perde seu sentido. O uso de aspas significa exatamente que no discurso em questão não há distinção entre nome e coisa nomeada, isto é, que neste caso a palavra não tem a função de ser um instrumento convencional de referência. De modo análogo à análise do ato ilocucionário, Searle empreende a análise de um ato de referência seguindo os passos de Frege e Strawson³⁰.

Na tradição, que desde Platão tratou do caso da referência, há normalmente dois axiomas em relação à referência universalmente aceitos:

1. Axioma da existência: tudo o que é indicado deve existir.
2. Axioma de identidade: se um predicado se aplica a um objeto, então ele se aplica a tudo o que é idêntico ao objeto, independentemente de que expressões são usadas para indicar esse objeto. Para Searle, ambos os axiomas não passam de tautologias. No primeiro caso, diz-se apenas que não nos podemos referir a um objeto quando ele não existe. No segundo, afirma-se apenas que o que se aplica a um objeto, aplica-se a esse objeto. Ambos os axiomas conduzem a paradoxos. No primeiro caso, tomemos como exemplo a sentença: "A montanha de ouro não existe". Pressuposto o axioma da existência, essa sentença é um disparate. B. Russell³¹ resolve a questão afirmando que o sujeito de sentenças de existência não é usado para indicar algo. Portanto, nesse caso o axioma da existência não teria validade, pois não existe propriamente referência.

30. Cf., sobretudo: P. F. Strawson, *Individuals. An Essay in Descriptive Metaphysics*, Londres, 1959. Para uma confrontação entre Frege e Strawson a partir de uma outra ótica dentro da filosofia analítica, cf. E. Tugendhat, *Vorlesungen*, op. cit., pp. 358ss.

31. B. Russell, "On Denoting", in: *Logic and Knowledge, Essays, 1901-1950*, ed. por R. C. Marsh, Londres/Nova York, 1956, pp. 41-56.

Para a compreensão de outras expressões lingüísticas, que parecem ser objeções ao axioma em questão, faz-se necessário distinguir entre a linguagem comum usual e outras formas derivadas do discurso humano, como por exemplo o romance, o teatro etc. Na linguagem comum usual, não posso por exemplo referir-me a Sherlock Holmes, pois tal pessoa nunca existiu. Quando estou, porém, numa forma derivada do discurso, então posso falar de Sherlock Holmes, pois existe essa figura nesta linguagem enquanto figura imaginada. O problema da referência é, portanto, muito diverso, dependendo do tipo de linguagem em que o locutor se encontra. Nesse sentido, pode-se dizer que o axioma de existência vale universalmente: em ambas as linguagens, só nos podemos referir ao que existe respectivamente em cada uma delas. Essas distinções parecem simplificar bastante o problema, porém basta uma consideração rápida da bibliografia referente a esse problema e se pode perceber uma confusão generalizada.

É necessário considerar ainda um terceiro axioma:

3. Quando um locutor indica um objeto, então ele identifica esse objeto, separado de todos os outros objetos, ou pelos menos é capaz de o fazer quando solicitado: este é o axioma da identificação. Para Searle, tal axioma é apenas uma generalização da afirmação de Frege de que cada expressão indicativa deve ter um sentido. A essa altura se faz necessário distinguir os diferentes tipos de expressões indicativas. Para Searle, há pelo menos quatro categorias dessas expressões:

- a) nomes próprios: Sócrates, Rússia;
- b) expressões no singular compostas, muitas vezes expressas em sentenças relativas, por exemplo: o homem que gritou;
- c) pronomes: estes, eu, ele etc.;
- d) título: o primeiro-ministro, o papa etc.

Que condições têm de necessariamente estar realizadas para que a expressão de uma dessas expressões possa continuar uma referência determinada, categórica, realizada com sucesso? Mas, anteriormente a essa pergunta, há uma outra, mais radical: qual a função que exerce o ato proposicional de indicar no ato ilocucionário? É que o locutor, por meio de um ato de referência, determina, escolhe um objeto singular ou o identifica em relação ao qual ele diz algo, ou pergunta algo etc.

A referência pode ser plena sem que, contudo, o interlocutor seja capaz de identificar, sem dúvidas, o objeto. Quais são, então, as condições de possibilidade necessárias para a realização de uma referência plena? Em primeiro lugar, o objeto identificado deve existir, e a exteriorização da expressão deve ser suficiente para identificar o objeto. Daí as condições necessárias são:

1. Deve existir um e só um objeto, ao qual se aplica a expressão do locutor (reformulação do axioma de existência).
2. Ao ouvinte devem ser fornecidos meios suficientes para identificar o objeto na base da exteriorização da expressão por parte do locutor (reformulação do axioma de identificação). Quando a manifestação de uma expressão realiza essas condições? Tomemos como exemplo, a sentença: "O homem me ofendeu". Em primeiro lugar, é necessário existir pelo menos um homem. O uso do artigo singular ainda não resolve aqui a questão, pois sua função consiste apenas em mostrar que o locutor tem a intenção de realizar uma referência singular. Ele é o meio convencional pelo qual se mostra a intenção do locutor de indicar um objeto singular. Então, como se aplica a manifestação de uma expressão por parte do locutor somente a um objeto? A resposta a essa pergunta só é possível esclarecendo a segunda condição necessária, isto é, o problema da identificação.

Identificação significa, aqui, que não deve haver dúvidas e obscuridade a respeito do que se fala. Nesse contexto, deve-se poder responder a perguntas como: quem? o quê? qual? Por exemplo, quando falo de um homem que me roubou: talvez não seja capaz de na polícia distingui-lo de outros etc.; no entanto, quando suponho que um homem e só um homem me roubou, realizo, com a expressão acima, uma referência identificante. Isto é, sabe-se aqui sobre o que se fala mesmo que não se seja capaz de identificar no sentido pleno da palavra. Quando isso ocorre, o locutor é capaz de responder a questões como: quem? o quê? qual? com uma resposta inequívoca. Que tipos de resposta são possíveis para essas perguntas? É possível pensar em dois casos extremos: "apresentações demonstrativas" e "descrição identificante". Na realidade, quase sempre, em nossas respostas, misturamos demonstrativas e descrições. Uma descrição identificante é uma garantia na identificação de um objeto. Uma condição necessária

para a intenção do locutor de indicar um objeto particular com uma expressão é sua capacidade de dar uma descrição identificante (que só vale para ele) desse objeto. Com isso se responde à questão levantada há pouco. A capacidade de efetivar uma referência plena depende da capacidade de fornecer uma descrição identificante. Isso constitui o “princípio de identificação”: Para que, por meio da exteriorização da expressão dada, se realize com sucesso uma referência determinada, devem, entre outras, ser realizadas as seguintes condições: ou a própria expressão deve ser uma descrição identificante, ou o locutor deve ser capaz de indicar uma descrição identificante, quando solicitado. Portanto, por meio do ato de referência um objeto singular é identificado com exclusão de todos os outros, e isso só é possível por meio de uma descrição identificante. Normalmente, na linguagem comum, o ouvinte não exige uma descrição identificante, satisfazendo-se com o uso de uma expressão não identificante, embora o locutor deva sempre ser capaz de fornecer uma, se necessário. Importante é não esquecer que, em nossa conversa, ocorrem, muitas vezes, referências apenas parciais, isto é, há graus de identificação. No caso extremo, a única descrição identificante possível é que o locutor, ao ver um objeto, dê a entender que o reconhece. Pode haver naturalmente descrições identificantes mais úteis do que outras: quanto mais ela é capaz de identificar um objeto distinguindo-o dos outros, tanto melhor cumpre sua função.

A referência consiste, muitas vezes, no fato de o locutor conhecer os fatos que dizem respeito somente ao objeto em questão, e a exteriorização da expressão só realiza o ato de referência na medida em que o locutor mostra esses fatos e os transmite aos ouvintes. Quando o locutor, por meio de sua exteriorização, não transmite ao ouvinte um fato ou uma afirmação verdadeira, então a referência não se realiza em plenitude. Devemos distinguir entre o “sentido” de uma expressão indicativa e a “proposição” transmitida por meio da exteriorização. O sentido é dado por meio de conceitos universais descritivos, que ela contém ou implica. Contudo, somente a exteriorização de uma expressão num “contexto determinado” garante a transmissão de uma proposição. Por isso é possível que duas exteriorizações da mesma expressão com o mesmo sentido possam relacionar-se a dois objetos diversos. A cada conceito de um objeto particular subjaz uma sentença de

existência individual e verdadeira. Ter, portanto, a representação de um objeto particular significa dispor de uma sentença de existência individual e verdadeira, isto é, dispor de um fato de uma determinada ordem. Não tem, portanto, sentido a distinção irreduzível da metafísica tradicional entre fatos e objetos. Toda sentença, que contém uma referência, pode ser substituída por uma sentença de existência para a qual valem as mesmas condições de verdade da sentença original.

b) A predicação

O segundo ato proposicional é o ato de predicação, que, como a referência, é uma velha questão do pensamento tradicional. Searle, em razão dos preconceitos provenientes da doutrina tradicional, examina, antes de apresentar sua própria posição, algumas posições da tradição, começando com a “teoria dos predicados” de Frege³². Para Searle, Frege pensa o predicado da mesma maneira como pensa o sujeito. Ao sujeito de uma sentença corresponde um objeto, ao predicado um conceito. A tarefa de Searle vai consistir em mostrar que a teoria de Frege é insustentável³³, porque contraditória, uma vez que Frege usa conceito em dois sentidos diversos, e isso porque ele tenta conciliar dois pontos de vista filosoficamente inconciliáveis; isto é, ele pretende:

1. estender ao predicado a diferença entre sentido e denotação;
2. esclarecer a diferença funcional entre expressões indicativas e predicativas.

A contradição consiste em ele usar a palavra conceito tanto para exprimir os resultados tanto de a como de b. Por que afirma Frege que os predicados têm denotação? Em virtude de uma necessidade fundamental de sua teoria da aritmética: a necessidade da quantificação de qualidades. Parece que Frege crê que o uso de uma expressão predicativa implica a suposição da existência de uma qualidade. Seus discípulos concluíram daqui que, quando empregamos uma expressão

32. G. Frege, “Funktion und Begriff”, in: *Funktion, Begriff, Bedeutung. Fünf logische Studien*, ed. e intr. por G. Patzig, Göttingen, 1962; “Über Begriff und Gegenstand”, in: *Funktion, Begriff, Bedeutung*, op. cit.

33. J. R. Searle, op. cit., pp. 150ss.

predicativa, indicamos qualidades (P. ex.: Sam e Bob estão bêbados, então existe algo comum entre os dois, logo a expressão estão bêbados indica essa qualidade comum). No entanto, tal conclusão é falsa, porque, a partir do fato de uma expressão lingüística implicar a suposição da existência de uma qualidade, não se segue que eu, com essa expressão, tenha indicado essa qualidade.

Existe, contudo, em Frege, outro tipo de argumentação, baseada na afirmação de que o conceito é predicativo e em sua insistência na distinção de uma expressão indicativa e a função de um predicado gramatical. É assim que ele distingue entre “objetos” que nunca poderiam ser a denotação de um predicado e conceitos que são, essencialmente, predicados. A partir daqui, Frege faz a distinção entre expressões saciadas e não saciadas, o que é um instrumento muito importante para a designação da função de predicado na sentença, contanto que outras distinções importantes sejam efetuadas, como:

1. uma expressão predicativa;
2. uma qualidade;
3. o uso de uma expressão predicativa para a atribuição de uma qualidade.

Assim, a afirmação de Frege, um predicado gramatical denota um conceito, significa: “um predicado gramatical atribui uma qualidade”. Portanto, o predicado tem na sentença uma “função de atribuição”. Se se usa a palavra conceito nesse sentido, então é impossível uma definição, e foi isso o que levou Frege a considerar os conceitos não saciados.

A partir daqui, é fácil compreender a contradição a que conduz a teoria de Frege: no argumento a, conceito significa qualidade, então denotar um conceito significa: por meio do uso de uma expressão gramatical atribui-se uma qualidade. Ora, esses dois modos são essencialmente predicativos: pode-se perfeitamente indicá-los por meio de expressões nominais singulares, como atribuí-los a um objeto por meio de expressões predicativas. A contradição provém da dupla significação da palavra conceito. Nesse caso, é melhor abandonar a terminologia de Frege. Daí a célebre frase de Frege, o conceito de cavalo não é um conceito, significa simplesmente: a qualidade de ser cavalo não é ela mesma a atribuição de uma qualidade. Certamente Frege não

aceitaria essa reinterpretação de sua teoria, pois ele parece querer que, para a quantificação de qualidades, seja necessário supor que predicados denota, qualidades? Nesse sentido, um predicado é, simplesmente, uma qualidade. Ao mesmo tempo, Frege percebeu a diferença entre “referência” e “predicação” e estabeleceu ser a tarefa da predicação indicar qualidades. A solução do problema consiste em ver que o predicado não é uma expressão indicativa, mas atributiva, e essa teoria deve ser entendida como um aprofundamento daquilo que o próprio Frege começou a vislumbrar, e além disso essa posição em nada atrapalha a questão da quantificação de qualidades.

É a partir daqui que se levanta a questão dos “universais” e a discussão com o nominalismo³⁴. Os defensores do nominalismo moderno recusaram-se a admitir outras entidades além das particulares ou a quantificar as entidades. Portanto, não à existência de universais. Para poder compreender a disputa com o nominalismo, é necessário entender, em primeiro lugar, o que significa reconhecer universais. Que significa do fato de que Sam é calvo concluir que existe algo que Sam é e daí concluir que existe uma qualidade, a calvície? Que significa pressupor a existência da calvície? Não há diferença, pois, em relação ao fato do mundo, pois a mesma consequência poderia ter sido tirada da sentença: Sam não é calvo. Portanto, a existência do universal se conclui unicamente da afirmação de que uma expressão universal correspondente é plena de sentido. A partir dessas expressões podem ser produzidas tautologias como: ou algo ou nada é calvo. A partir dessas tautologias, pode-se concluir a existência do universal correspondente. Portanto, que os realistas tenham afirmado loucuras sobre os universais não nos impede de reconhecer sua existência na maneira como foi mostrado, o que torna a recusa dos nominalistas incompreensível, pois afirmações como a de que calvície existe não exigem de nós mais do que a aceitação de que determinados predicados têm sentido.

Portanto, resumindo a posição de Searle até aqui, podemos dizer:

- a) Frege teve razão, quando supôs haver uma diferença essencial entre a função de uma expressão indicativa e a função de uma expressão predicativa.

34. A respeito da crise do nominalismo na filosofia contemporânea, cf. J. Simon, *Sprachphilosophie*, op. cit., pp. 36ss.

- b) sua teoria, contudo, desemboca numa contradição, pois ele tenta mostrar que também o predicado é indicativo;
- c) a reinterpretação da teoria de Frege não põe em questão sua teoria aritmética da quantificação dos predicados, pois ela não nega, como o nominalismo, a existência de universais;
- d) a existência de universais se segue do fato de que uma expressão universal correspondente tem sentido. Universais não existem no mundo, mas em nossa apresentação do mundo, isto é, na linguagem.

O aprofundamento da função do predicado na sentença é conseguido por Searle numa disputa com a teoria da sentença de Strawson³⁵. Ele afirma que tanto o sujeito como o predicado identificam “entidades não lingüísticas” ou “termos” e os introduz na sentença, quando eles são ligados entre si por meio de uma “associação não-relacional”. Assim, na sentença “a rosa é vermelha”, a expressão a rosa identifica um universal, a qualidade de ser vermelho, isto é, a vermelhidade. Dentro da sentença, o universal e a coisa singular são ligados por meio de uma associação não-relacional. Usando a expressão “identificar”, ele evita a expressão infeliz de Frege de que os predicados são indicativos. Com a expressão “uma associação não relacional” ele evita dizer que a sentença é uma enumeração e cair na contradição.

Tem a teoria de Strawson vantagens em relação à de Frege? Em primeiro lugar, é preciso notar que, para Strawson, sua teoria não é uma explicação, mas apenas uma descrição, que para Searle aliás é falsa e só causa confusão. A primeira questão que se levanta é a respeito da significação de uma associação não-relacional, pois isso nada significa. Depois, que significa dizer que sujeito e predicado identificam entidades não-lingüísticas? No caso do que é identificado pelo sujeito, a coisa é simples, pois se trata de um objeto material, cuja existência é um fato contingente. E o universal? Ora, o universal, já vimos, não é um fato do mundo, mas algo da linguagem, portanto uma entidade lingüística. Portanto, a descrição de Strawson é simplesmente falsa, pois os universais não existem no mundo e, por essa razão, não são identificáveis, como Strawson supõe, por meio da identificação de fatos no mundo, mas por meio de expressões que possuem significa-

35. P. F. Strawson, *Individuals*, op. cit.

ção relevante para os universais em questão; ou seja, os universais são identificados com o auxílio de significação, e a teoria de Strawson não em leva em consideração essa diferença fundamental do processo de identificação, quando se trata do sujeito ou do predicado, isto é, na teoria de Strawson o termo identificar é usado em suas significações diversas.

Ora, a teoria de Strawson se baseia na afirmação de que o paradigma de identificação é a identificação das coisas singulares por meio de expressões indicativas e, então, modifica um pouco o sentido da expressão identificar para poder aplicá-la aos predicados. Mas, assim, podemos também dizer que sujeitos identificam universais no mesmo sentido que os predicados. Por exemplo, se é vermelho identifica vermelhidade, posso também dizer que rosa identifica rosidade, o que se mostra claramente em frases como: a coisa, que é uma rosa, é vermelha, ou a coisa, que é vermelha, é uma rosa. Se digo que é vermelho identifica um universal, tenho também de dizer o mesmo de é uma rosa. Portanto, a teoria de Strawson não é suficientemente conseqüente, pois não chega à afirmação de que também o sujeito identifica universais. Daí: nem o conceito de sujeito, nem o conceito de predicado são entidades não-lingüísticas. Com a expressão do sujeito refere-se a um objeto, pressuposto que ele exista. A teoria de Strawson interpreta a predição como uma espécie de referência. No entanto, se se quiser mostrar na frase uma simetria, como é a idéia de Strawson, então seria mais correto ver a referência como forma determinada de predicação, isto é, como uma identificação realizada com o auxílio da predicação. A distinção entre sujeito e predicado da frase é de ordem funcional: o sujeito serve para a identificação do objeto; o predicado, de acordo com o ato ilocucionário, para descrever ou caracterizar o objeto identificado.

Que relação existe entre universais e predicados? Em primeiro lugar, precisa-se ver que para compreender um universal é necessário conhecer o uso da expressão predicativa correspondente. Assim, cordialidade é derivada de é cordial e, portanto, não poderia existir numa linguagem em que não existisse é cordial. Portanto, há uma primazia das expressões predicativas sobre os nomes das qualidades. Quando se domina o uso das expressões predicativas, é fácil derivar os nomes das qualidades. A hipostação de entidades abstratas provém da necessida-

de que se tem de falar sobre o que possuem em comum as coisas, às quais se aplica determinado conceito. Nesse caso, os universais são derivados das expressões predicativas e, com isto, muitos problemas filosóficos desaparecem segundo Searle. Além disso, para Searle, sua doutrina dá uma fundamentação da antiga tese da metafísica segundo a qual só os universais e não as coisas singulares podem ser predicados. Quando se reconhece a prioridade dos predicados em relação aos universais, percebe-se que a tese metafísica não passa de uma trivialidade gramatical. As teorias de Frege e de Strawson têm, em comum, a tendência de compreender a predicação como uma espécie de referência ou, pelo menos, em analogia com a referência, o que aliás é um dos erros mais persistentes da história da filosofia ocidental.

Que é, então, na nova perspectiva a essência da predicação? Em primeiro lugar, a predicação não é um ato lingüístico independente da referência e dos diversos atos ilocucionários. Assim, a referência é, sempre, independente da força ilocucionária; a predicação não é a forma de aplicação de um predicado a um objeto depende, exatamente, do ato ilocucionário, no qual ocorre a predicação. Por exemplo, no caso de uma pergunta: pergunta-se, precisamente, se tal predicação é atribuível a determinado sujeito. Portanto, é o indicador do ato ilocucionário que determina a forma em que o predicado se refere ao sujeito. Daí: a predicação é um "momento" do ato ilocucionário, em contraposição à referência, que, embora separada do ato ilocucionário como um todo, é uma abstração, contudo, é um ato independente. O conceito de predicação pretende exprimir exatamente o conteúdo proposicional de um ato ilocucionário. É por isso que a determinação das regras da predicação não pode ser algo independente da determinação das regras do ato ilocucionário, mas é um exame do próprio ato ilocucionário em relação a seu conteúdo.

O grande mérito de Searle, em todas essas considerações, é ter feito da teoria dos atos de fala um instrumento importante para a análise da linguagem. Em que sentido tal análise é inserível dentro do quadro de uma reflexão propriamente filosófica não é suficientemente explicitado em Searle. Essa análise abrirá, contudo, um horizonte muito importante para um novo paradigma de filosofia que se vai cristalizar depois com Habermas e, sobretudo, com Apel.